

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.373 - PR (2019/0303295-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **JOAQUIM APARECIDO PAIXÃO DOS SANTOS**
RECORRENTE : **JOSE MARIA GOMES FERREIRA**
RECORRENTE : **LUCEIA FRANCIA FERREIRA DONADELLI**
RECORRENTE : **LUZIA GLORIA MATIAS**
RECORRENTE : **MARCELINO MARTINS SILVA FILHO**
RECORRENTE : **MARIA DE LOURDES GOMES RAMALHO**
RECORRENTE : **MARIA ILZA GOMES RIBEIRO VIEIRA**
RECORRENTE : **NATALINO ALVES DA SILVA**
RECORRENTE : **ODAIR BARBOSA DOS SANTOS**
RECORRENTE : **PAULO LOPES**
ADVOGADOS : **LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**
 SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
RECORRIDO : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572**
 MARCOS JOSÉ GREGORY ZIMMERMANN - RS080729
 PAULO ANTONIO MULLER - PR067090
 ANDRÉ DEMEURE LEMOS DOS SANTOS - RS111136

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. AFASTAMENTO. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE DO AGRAVO INTERNO NÃO DEMONSTRADA.

1. Na hipótese dos autos, percebe-se que a instância de origem aplicou a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015 como mero corolário lógico do não provimento, por unanimidade, do agravo interno.

2. No entanto, o STJ entende que o agravo interposto contra decisão monocrática do Tribunal de origem, com o objetivo de exaurir a instância recursal ordinária, a fim de permitir a interposição de recurso especial e do extraordinário, não é manifestamente inadmissível ou infundado, o que torna inaplicável a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. Precedentes.

3. Recurso especial conhecido e provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por JOAQUIM APARECIDO

PAIXÃO DOS SANTOS e OUTROS, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. SEGURO FINANCEIRO HABITACIONAL (SFH) - RAMO 66. APÓLICE PÚBLICA. INTERPOSIÇÃO EM FACE DA DECISÃO QUE DETERMINOU O SOBRESTAMENTO DO RECURSO. CONTROVÉRSIA Nº 02 INSTAURADA PERANTE O STJ SOBRE A NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DA CEF COM BASE NA LEI Nº 13.000/2014. QUESTÃO IDÊNTICA ÀQUELA A SER DECIDIDA NO ALUDIDO REPRESENTATIVO. DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO QUE NÃO INTERFERE NA SUSPENSÃO DETERMINADA. SOBRESTAMENTO DOS RECURSOS RELACIONADOS À MATÉRIA SUB JUDICE. DETERMINAÇÃO DA CORTE SUPERIOR (REsp Nº 1.689.339). DECISÃO MANTIDA. APLICAÇÃO DE MULTA DE 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.021, §§ 4º e 5º, DO CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 1.021, §§ 4º e 5º, do CPC/2015.

Alegam, em síntese, que o agravo interno foi fundado em matéria controvertida e interposto com a finalidade de viabilizar acesso às Cortes Superiores; assim, incabível a aplicação da multa.

Contrarrazões ao recurso especial juntadas às fls. 2437/2442.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fl. 2445).

É o relatório. DECIDO.

2. Na espécie, a Corte *a quo*, quando do julgamento do agravo interno, manifestou-se nos seguintes termos:

Impende-se, ainda, enfrentar a questão da multa no caso de desprovemento do agravo interno, nos termos do § 4º do art. 1.021, do CPC, *verbis*:

[...].

In casu, verifica-se que o recurso foi desprovido por unanimidade, impondo-se, por conseguinte, a aplicação da multa.

Assim, impõe-se aos agravantes o pagamento de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa, arbitrado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito prévio do valor da multa, o que faço com fulcro no art. 1.021, §§ 4º e 5º do CPC, observados eventuais benefícios da justiça gratuita.

Com efeito, o STJ possui entendimento de que o agravo interposto contra decisão monocrática do Tribunal de origem, com o objetivo de exaurir a instância recursal

ordinária, a fim de permitir a interposição de recurso especial e do extraordinário, não é manifestamente inadmissível ou infundado, o que torna inaplicável a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

Nessa linha:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 557, §2º, DO CPC/1973. ALTERAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. MULTA INDEVIDA. EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITOS MODIFICATIVOS.

1. No presente caso, o agravo interno manejado junto ao Tribunal de origem foi capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão então agravada, revelando-se apto, portanto, se não a alterar o conteúdo do julgado impugnado, ao menos a provocar o seu aperfeiçoamento, revelando-se indevida, portanto, a multa processual aplicada com fundamento no art. 1.021, §4º, do CPC.

2. Ademais, amplamente majoritário o entendimento desta Corte Superior no sentido de que o agravo interposto contra decisão monocrática do Tribunal de origem, com o objetivo de exaurir a instância recursal ordinária, a fim de permitir a interposição de recurso especial e do extraordinário, não é manifestamente inadmissível ou infundado, o que torna inaplicável a multa prevista no art. 557, § 2º, do Código de Processo Civil. (Recurso Repetitivo 1.198.108/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbel Marques, Corte Especial, DJe 21/11/2012).

3. Embargos de declaração acolhidos com efeitos modificativos para dar provimento ao recurso especial.

(EDcl no AgInt no AREsp 1151486/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 20/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 557, § 2º, DO CPC/73.

ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. NECESSIDADE. AFASTAMENTO DA MULTA APLICADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que não é aplicável a multa do art. 557, § 2º, do CPC/73 quando o agravo interno interposto contra decisão monocrática do relator objetiva o exaurimento da instância ordinária, a fim de possibilitar a interposição de posterior recurso.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1357383/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 16/03/2018)

Na hipótese dos autos, percebe-se que a instância de origem aplicou a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015 como mero corolário lógico do não provimento, por unanimidade, do agravo interno, desconsiderando o posicionamento do STJ sobre a

questão.

Aqui, vale expor o ensinamento de Daniel Amorim Assumpção Neves sobre o tema (Manual de Direito Processual Civil, volume único. Daniel Amorim Assumpção Neves. ed. JusPodivm, 9ª edição. p. 1689-1690):

(...) Os tribunais de segundo grau devem se lembrar que a interposição do agravo interno nesses tribunais é a única forma de a parte chegar aos tribunais superiores por meio dos recursos excepcionais. Sendo o agravo interno uma espécie de recurso ordinário e exigindo-se o esgotamento das vias ordinárias de impugnação para o cabimento dos recursos extraordinário e especial, não haverá outra saída à parte que não o ingresso do agravo interno de decisão monocrática do relator em segundo grau.

Entendo que diante dessa exigência do sistema recursal, os tribunais de segundo grau devem se limitar a punir o agravante na hipótese de manifesta inadmissibilidade de seu recurso.

Ademais, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, em sede de embargos de divergência, fixou a orientação de que "A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não ocorreu na hipótese examinada" (AgInt nos EREsp 1.120.356/RS, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe de 29/08/2016).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS E APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. ACOLHIMENTO PARA FINS DE ESCLARECIMENTOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.

1. Não é cabível a majoração dos honorários recursais, por ocasião do julgamento do agravo interno, tendo em vista que a referida verba deve ser aplicada, apenas uma vez, em cada grau de jurisdição, e não a cada recurso interposto na mesma instância. Precedentes.

2. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não ocorreu na hipótese examinada (AgInt nos EREsp 1120356/RS, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 29/08/2016).

3. Embargos de Declaração acolhidos, para fins de esclarecimentos, sem efeitos modificativos.

(EDcl no AgInt no AREsp 1248015/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS RECURSAIS. GRAU RECURSAL. FIXAÇÃO INDEVIDA. MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

1. Os honorários recursais incidem apenas quando houver a instauração de novo grau recursal e não a cada recurso interposto no mesmo grau de jurisdição, sendo indevida a fixação em agravo interno e em embargos de declaração.

2. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a aplicação da multa por litigância de má-fé não é automática, visto não se tratar de mera decorrência lógica da rejeição do agravo interno.

3. Embargos de declaração acolhidos para fins de esclarecimentos, sem efeitos modificativos.

(EDcl no AgInt no AREsp 1187650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 09/08/2018)

Desse modo, o acórdão recorrido merece reparo, já que contrário ao entendimento desta Corte Superior.

3. Ante o exposto, conheço e dou provimento ao recurso especial, para afastar a multa aplicada com fulcro no art. 1.021, §§ 4º, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator